

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA

Requerido(s): Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades referentes à revisão de proventos de pensão concedida pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB.

1.3.5. Processo nº 001180-031/2015

Requerente(s): União dos Estudantes de Ensino Superior - UES / Santarém

Requerido(s): Casa de Festa “Arena do Forró”

Origem: 10º PJ de Santarém

Assunto: Apurar possível descumprimento da Lei Estadual Nº 5.746/93 por parte de estabelecimento festivo denominado Casa de Festa “Arena do Forró”, no município de Santarém.

1.4. Processos de Relatoria da Conselheira CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO:

1.4.1. Processo nº 000343-040/2016

Requerente(s): Conselho Municipal de Saúde de Castanhal

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Castanhal

Origem: 4º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar ausência de prestação de serviços de oftalmologia para pacientes atendidos pelo SUS, ante o encerramento de contrato firmado com Clínica Oftalmológica.

1.4.2. Processo nº 001239-112/2015

Requerente(s): A.C.A.M.; L.M.S.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Belém-SESMA; Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará-SESPA

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho de Belém

Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da SESMA e da SESPA à pessoa com deficiência que necessita de acompanhamento com neurocirurgia.

1.4.3. Processo nº 002342-116/2013

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Secretaria de Estado de Transportes - SETRAN

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação à contratação da empresa Construtora Seabra Ltda, através do Convite 056/2008, apontadas pelo Relatório de Auditoria nº 113/2008- AGE/PA.

1.4.4. Processo nº 000327-151/2016

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA

Requerido(s): Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do Termo de Compromisso nº 438/2010 firmado entre a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e Bruna Ribeiro Correa.

1.4.5. Processo nº 001573-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI.

1.4.6. Processo nº 000652-112/2014

Requerente(s): Lídia Mara Albuquerque Moraes, Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Belém

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Garantir o fornecimento de medicamento e material para realizar cateterismo vesical intermitente e manejo de intestino neurogênico à pessoa com deficiência.

1.4.7. Processo nº 000021-477/2017

Requerente(s): Denúncia Anônima

Requerido(s): Ronaldo

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia anônima registrada no Sistema Disque Direitos Humanos que trata de suposta situação de vulnerabilidade da pessoa idosa M. e da pessoa com deficiência E.

1.4.8. Processo nº 000599-040/2016

Requerente(s): Conselho Municipal de Educação de Castanhal e Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Colégio Athenas

Origem: 5º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar a necessidade de adequação do Colégio Athenas, para a realização do credenciamento no que tange ao Ensino Fundamental junto ao Conselho Municipal de Educação.

1.4.9. Processo nº 000413-440/2015

Requerente(s): Deive Jorge Silva de Almeida

Requerido(s): Universidade da Amazônia – UNAMA

Origem: 1º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua **Assunto:** Apurar a possível poluição sonora praticada pela Universidade da Amazônia.

1.4.10. Processo nº 000034-135/2017

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação do Município de Santarém Novo

Origem: PJ de Santarém Novo

Assunto: Apurar sobre o retardamento da elaboração do Plano Municipal de Educação pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação do município de Santarém Novo.

1.5. Processos de Relatoria da Conselheira Maria do Socorro MARTINS Carvalho Mendo:

1.5.1. Processo nº 000902-915/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará / D.N.A.S.

Requerido(s): Em apuração

Origem: 13ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade vivenciada por pessoa com deficiência.

1.5.2. Processo nº 000163-113/2013

Requerente(s): Rosa Veloso Dias Giannaccini

Requerido(s): Bar “Toca do Leão”

Origem: 3º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar denúncia de poluição sonora e irregularidades quanto à ordem urbanística.

1.5.3. Processo nº 000048-012/2016

Requerente(s): Conselho Municipal de Educação de Castanhal

Requerido(s): Instituto Antoine Lavoisier de Ensino -IALE

Origem: 5º PJ de Defesa Comunitária e Cidadania de Castanhal

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no credenciamento do Instituto Antoine Lavoisier de Ensino - IALE, junto ao Conselho Municipal de Educação de Castanhal.

1.5.4. Processo nº 000111-012/2017

Requerente(s): Keide Botelho Pinto

Requerido(s): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Origem: PJ de São Francisco do Pará

Assunto: Garantir o direito ao benefício previdenciário por morte à criança K.P.S. junto à agência de Previdência Social de Santa Izabel do Pará.

1.5.5. Processo nº 000947-036/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Benevides

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Fiscalizar as instituições de ensino situadas no Residencial Juruti no município de Benevides.

1.5.6. Processo nº 000154-012/2017

Requerente(s): Associação Nova Esperança do Assentamento PA Pimenteira – ANEAP

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São João do Araguaia

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar denúncia de possível irregularidade no transporte escolar do Assentamento PA Pimenteira, no município de São João do Araguaia.

O que ocorrer.

Belém-PA, 03 de agosto de 2017.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça-Secretária do Conselho Superior

Protocolo: 211649

EXTRATO DA PORTARIA Nº 034/2017-2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Nº 000006-200/2017-MP/2ªPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 034/2017-2ºPJDC

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua - SESAU

Assunto: Investigar suposta violação a princípios administrativos consistente no desatendimento de

usuários do Centro de Saúde Doutor Paulo Frota, conforme delação realizada, via Coordenadoria do Polo Belém II, pelo Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 211382

EXTRATO DA PORTARIA Nº 035/2017-MP/2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho DE 2011, torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 000072-200/2014-MP/2ªPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 035/2017-MP/2ºPJDC

Requerido: Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC

Assunto: Deverá ter por objeto – INVESTIGAÇÃO A REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO LUIZ NUNES DIREITO.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 211386

EXTRATO DA PORTARIA Nº 038/2017-2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Nº 000089-200/2017-MP/2ªPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 038/2017-2ºPJDC

Requerido: Conselhos Escolares de Escolas Estaduais no Município de Ananindeua

Assunto: Investigar supostas irregularidades na constituição dos Conselhos Escolares das Escolas Estaduais: de Ensino Médio Novo Horizonte; de Ensino Fundamental e Médio Rainha da Paz; de Ensino Fundamental e Médio Luiz Nunes Direito; de Ensino Fundamental e Médio Professora Erotildes Frota Aguiar e de Ensino Fundamental e Médio Professora Isabel Amazonas, consistente em não realização da 2ª atividade do Programa Estágio Cidadão.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 211398

ADITAMENTO DA PORTARIA Nº 062/2016-MP/2ºPJDC

A 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, nos termos do parágrafo único, do artigo 12, da Resolução nº 010/2011-CPJ, ADITAR a PORTARIA Nº 062/2016-MP/2ºPJDC, referente à instauração do Inquérito Civil nº 000026-450/2015-MP/2ªPJDC, passando doravante ter como OBJETO:

“INVESTIGAR A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PARAENSE; e INVESTIGADA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ – SEDUC”.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR

2º Promotor de Justiça de direitos constitucionais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua.

Protocolo: 211414

EXTRATO DA PORTARIA Nº 033/2017-MP/2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho DE 2011, torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 000254-200/2015-MP/2ªPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais